



Questões filosóficas: a ética na formação do professor

Philosophical issues: ethics in teacher formation

**Vilma Dias da Costa¹, Maria Irinilda da Silva Bezerra²
e Ademárcia Lopes de Oliveira Costa³**

Resumo: O ser humano passa por um processo de desenvolvimento, que o acompanha ao longo de toda a sua vida. E como parte deste desenvolvimento vai adquirindo valores em seus processos de interações sociais. O artigo em tela discorre sobre a ética na formação do professor, entendendo-a como parte de um processo que contribui para o desempenho exitoso do trabalho docente junto aos alunos. Este artigo objetiva analisar a importância da ética na formação dos professores. Trata-se de uma abordagem qualitativa, com o uso da pesquisa bibliográfica. Como aporte teórico, utilizou-se autores como Tadêus; Cunha, Vasquez, Ricci, Santos, entre outros. Os resultados revelaram que os professores têm papel essencial no desenvolvimento da sociedade, pois ensinam alunos da educação básica e preparam profissionais das mais diversas áreas, por isso precisaram da ética para o bom desempenho das suas funções docentes. Conclui-se que a ética, na sociedade atual, é de grande relevância, tanto na formação dos professores, quanto na prática docente, quando estes preparam os alunos para o exercício da cidadania.

Palavras-chave

Ética. Moral. Formação de professores. Prática docente. Alunos.

Abstract: Humans undergo a development process, which accompanies them throughout their lives, and, as part of this development, they acquire values in their social interactions. The present article discusses ethics in teacher formation, understanding it as part of a process that contributes to successful teaching performances and it aims to analyze the importance of ethics in teacher training. It is a bibliographic research with a qualitative approach. As a theoretical support, it was used the contribution of authors such as Tadêus; Cunha, Vasquez, Ricci, Santos, among others. The results revealed that teachers have an essential role in the development of society, as they teach basic education students and prepare professionals from the most diverse areas, which is why they needed ethics for the good performance of their teaching functions. Thus, it is concluded that ethics, in today's society, is of great relevance, both in teacher education and in teaching practice, when they prepare students for the exercise of citizenship.

Keywords

Ethics. Moral. Teacher training. Teaching practice. Students.

¹ Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens pela Universidade Federal do Acre. Professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Acre. E-mail: vilmadiascosta02@gmail.com.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Acre/Campus Floresta. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens e do Curso de Pedagogia, do Centro de Educação e Letras. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq: Investigação Docente e Diversidades (GRIDD/UFAC). E-mail: maria.irinil@ufac.br

³ Professora adjunta da Universidade Federal do Acre. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Gestão, Trabalho e Formação Docente – GEPPEACG. E-mail: ademarcia.costa@ufac.br.

Introdução

O ser humano, desde o princípio da humanidade, sempre foi instruído para cumprir deveres, obedecer a regras e normas, distinguir o que é certo e errado e assim adquirir valores éticos e morais, ou seja, a ética sempre esteve presente como elemento importante da vida do homem. Um exemplo dessas normas e regras ensinadas são os mandamentos pregados pela Igreja nos ensinamentos da catequese, com o objetivo de fazer com que seus fiéis tenham uma conduta de acordo com a doutrina anunciada. O mesmo acontece na instituição familiar, na qual os pais ou responsáveis geralmente procuram impor aos filhos um bom comportamento perante a sociedade, impondo-lhes um conjunto de regras, normas e valores aceitos socialmente. Nesses ensinamentos, é determinado o que é certo ou errado, o que os filhos devem ou não fazer. Logo, a ética está nas entrelinhas dos comportamentos familiares, mesmo que a família, muitas vezes, não tenha consciência disso. Nas palavras de Souza e Macedo (2019), ética abarca tudo na nossa vida e abrange do campo pessoal ao profissional, de forma que inclusive nas coisas mais simples da sociedade, ela se faz presente.

Na formação do profissional do magistério a ética também tem grande importância, pois é através dela que o professor poderá desenvolver com qualidade o seu trabalho, formando pessoas, preparando os alunos quanto ao conhecimento científico, além de ensinar normas de respeito ao próximo e desenvolvimento do senso crítico. Em suma, o professor, por meio de seu ofício, prepara os estudantes para a vida, o mercado de trabalho, o exercício da cidadania, rumo à construção de uma sociedade melhor.

Nesse contexto, se insere o presente estudo com o principal objetivo de analisar a importância da ética na formação do professor. Parte-se do princípio de que o papel deste professor é essencial para a formação de bons cidadãos e bons profissionais, pois a educação é que forma diferentes profissionais para atuarem em todas as áreas do mercado, inclusive forma outros docentes. O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica, com o uso de autores como Tadêus; Cunha (2009), Vasquez (1992), Ricci (1999), Santos (1997), entre outros.

Compreendendo o conceito de ética

Para versar sobre o tema “Ética na Formação do Professor” é essencial e relevante retornar ao surgimento deste termo, pois facilitará tanto a compreensão do seu sentido quanto a sua abrangência. “A Ética teria surgido com Sócrates, quando o filósofo investiga e explica as normas morais que o leva a agir não só por tradição, educação ou hábito, mas principalmente por convicção e inteligência” (TADÊUS; CUNHA, 2009, p. 143).

Por meio desta consideração, o autor corrobora a ideia de que a ética está impregnada no nosso interior, mas não diz respeito ao agir por tradição, mas aquele pautado em nossas convicções, e à medida que vamos pensando sobre nossas ações fica evidente o quanto devemos agir de forma séria e justa, nas diferentes situações impostas na nossa sociedade.

Comparato (2006) ressalta que no mundo antigo todas as decisões eram tomadas a partir do parâmetro religião, por isso que não se fazia diferença entre a ética e a moral. Na avaliação dos comportamentos humanos, a religião era vista como a máxima instância doadora de sentido aos vários âmbitos da vida. Além disso, a tradição dificilmente era questionada, sendo acatada para estabelecer os critérios de aceitação social, enquanto as ideias novas, ou o que levava os indivíduos a refletirem sobre suas ações para além do contexto em que se faziam inseridas, eram observadas com desconfiança e, portanto, evitadas.

A Igreja, desde o início de sua história, teve influência na humanidade e na sociedade, inclusive na esfera política. Portanto, a maior autoridade capaz de avaliar o comportamento humano era a religião, na qual se considerava a tradição, além disso, tudo que fosse novo era visto com muita desconfiança.

Buscando uma definição para os termos, podemos dizer que ética é “[...] o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto” (FERREIRA, 2010, p. 300). Podemos ver que a ética nos define quanto aos nossos comportamentos, nossas ações, formas de agir e reagir diante das situações vivenciadas na nossa sociedade. Seja de modo integral ou particular, ela se traduz em felicidade.

A partir da definição do termo, percebe-se que para discorrer sobre Ética faz-se necessário diferenciar ética e moral, já que na atualidade essas duas palavras são usualmente aplicadas no sentido de indicar um mesmo significado ou um sentido comum, sendo usadas, comumente, como sinônimos.

Nessa perspectiva, Comparato (2006) afirma que a ética significa a procura da felicidade como uma espécie de recompensa por um esforço permanente do indivíduo. Para o autor, esse esforço é o que há de mais relevante na vida do homem em sociedade. Assim sendo, o autor acredita que a ética é de grande relevância na busca da realização do ser humano, no sentido de se chegar à felicidade. Porém, não podemos nos esquecer que a felicidade é efêmera; podemos ter momentos felizes e não uma felicidade duradoura. Aquilo que pode trazer felicidade para alguém hoje, pode mudar de um momento para outro. Por isso, na vivência do dia a dia, a busca constante pela felicidade se tornou comum, mesmo que certos anseios por essa felicidade sejam irrealizáveis.

Ademais, Vasquez (1992, p. 2) assim define Ética: “[...] é um comportamento pautado por normas, em que consiste o bom - visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos”. Nesse entorno, a ética desencadeia um comportamento direcionado por normas que levam ao bom comportamento, aceito de forma individual ou coletiva.

De acordo com Porfírio (2021) ética é uma palavra de origem grega originada do vocábulo *êthos*, que quer dizer caráter. Essa palavra era utilizada para representar o

modo de agir das pessoas, ou seja, seus comportamentos e ações. Com o tempo, surgiu uma variante da palavra *êthos que seria éthos*, significando costume, e pode ser aplicada a uma sociedade e não a um indivíduo em específico. Quanto ao termo latino que indica *éthos é moris*, de onde surgiu a palavra moral.

Daí pode se justificar a semelhança entre os dois termos, ética e moral, que chega a causar confusão na aplicabilidade dos termos no uso comum do dia a dia. A dificuldade para diferenciar ética e moral é tão grande que até hoje várias ramificações da ciência e da filosofia debatem esse assunto. Apesar de todas as discussões e debates, as duas palavras ainda continuam sendo aplicadas como se fossem sinônimas. Para Porfirio (2021) a **moral** pode ser designada como o costume ou hábito de uma sociedade ou de determinados povos em tempos determinados. Por isso mesmo, a **moral** se transforma **constantemente**, uma vez que os hábitos sociais passam por um processo de renovação periódica, em concordância com o local em que são notados.

Como podemos perceber, a moral constitui os costumes e os hábitos de um povo e, por isso mesmo, podem ser modificados no decorrer dos tempos. Nesse mesmo sentido, Tadêus e Cunha (2009, p. 142) definem a moral como sendo “[...] um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, e estas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano”. Para os autores, essas normas que direcionam o comportamento dos indivíduos no meio social são absorvidas não só por meio da educação, mas também no cotidiano, nas tradições.

Quando as autoras dizem na citação acima que “estas normas são adquiridas pela educação”, é compreensível a responsabilidade dos educadores na transmissão dessas normas. No entanto, para transmiti-las, os professores, logicamente, precisam primeiramente adquiri-las. E aí vem a importância de se trabalhar a ética nos componentes curriculares dos cursos de formação de professores, porque nem sempre os futuros professores puderam adquirir tais preceitos na educação básica ou mesmo no meio social. Se assim acontecer, essa aquisição ficará sob a responsabilidade das universidades e institutos que administram os cursos de formação docente. Nessa perspectiva, Ricci (1999) aponta que a formação ética e moral deve ser central nas escolas, no sentido de potencializar comportamentos necessários à inserção na vida social.

Deve-se obter centralidade na formação ética e moral do educador. Pois a escola tem o papel fundamental de potencializar e sensibilizar o comportamento ético e civil de seus alunos que são indispensáveis para uma boa convivência e participação ativa na sociedade. (RICCI, 1999, p. 45)

Na visão de Rios (2011, p. 23): “[...] a ética se apresenta como uma concepção crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem”. Nesta direção, percebe-se que a ética se consolida com base na reflexão, enquanto a moral se faz constante nos comportamentos coletivos dos indivíduos. Assim, o fato de a ética e a moral estarem presentes tanto nos comportamentos quanto nas ações do ser humano,

elas acabam se complementando, quando as ações e os valores são objetos de questionamentos (SOUZA, MACEDO, 2019).

Como destacamos no decorrer dessa breve conceituação, ética pode ser entendida como o estudo dos juízos de apreciação das condutas dos indivíduos, condutas estas que são suscetíveis de qualificação do ponto de vista do bem e do mal. Quanto à moral, são os valores e hábitos humanos e, como tal, sofre variações constantes. Nessa circunstância, tanto a ética quanto a moral se fazem necessárias na formação dos professores, de modo que estes profissionais possam contribuir na formação de seus alunos, como cidadãos comprometidos com o bem coletivo.

No item a seguir, refletiremos sobre essa importância da ética na formação dos professores.

1.1 Importância da ética na formação docente

A ética é de grande relevância para todas as profissões. O Dicionário Aurélio⁴ define ética como sendo um “Conjunto de deveres e regras de natureza ética de uma classe profissional”.

Falando especificamente da ética na prática docente, pode-se dizer que ela pode contribuir para a formação de bons profissionais do magistério, no que se refere a conhecimentos de conteúdo, práticas pedagógicas, responsabilidade, dedicação à profissão e preocupação em garantir com que o aluno realmente aprenda.

Um ponto a ser questionado são os critérios utilizados na seleção para ingresso do professor no serviço público. Estes critérios não dão conta de distinguir se o candidato à docência é ou não ético, se ele tem ou não capacidade de formar nos seus alunos personalidade ética e moral. Os instrumentos de avaliação dos candidatos focam mais nos conhecimentos científicos e metodológicos, que não deixam de ser importantes, mas acabam deixando de contemplar, como exigência para ingresso no magistério, a questão ética e moral da profissão.

Nesse viés, Santos (1997, p. 15) define ética profissional como sendo “[...] a reflexão sobre a atividade produtiva, para dali extrair o conjunto excelente de ações, relativas ao modo de produção”. Para o autor, a ética profissional desencadeia uma reflexão sobre a atividade desempenhada por cada profissional para, a partir daí, definir as ações necessárias ao bom desempenho da profissão.

Nessa perspectiva, o bom professor é aquele que não apenas cumpre carga horária, repassa todos os conteúdos previstos no plano de curso, mas também tem disposição para participar das formações continuadas, pesquisar, ler, se atualizar com os acontecimentos contemporâneos, com as novas metodologias educacionais, como

⁴ Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com/deontologia> acesso em 20 jul. 2021.

também inteirar-se das mudanças que ocorrem na legislação que rege o sistema educacional. Tudo isso não deixa de ter um contorno ético, pois contribui para o desempenho profissional do educador e boa parte disso se adquire nos cursos de formação de professores.

Nesse sentido, a Resolução nº 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, em seu Capítulo I, Art. 2º, § 2º estabelece:

No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. (BRASIL, 2015)

Nesse sentido, a atividade profissional do professor que atua na educação básica abarca as dimensões políticas, estéticas, técnicas e éticas que os levam a uma formação de qualidade. Porém, a falta dela (ética) pode oferecer à sociedade professores que não têm muito ou quase nada para contribuir na formação dos alunos, profissionais e cidadãos. São aqueles que, entre outras distorções, faltam à aula por qualquer motivo, que usam o mesmo caderno de planejamento durante anos, não participam das formações continuadas, não têm a preocupação de se atualizar, não acatam as orientações técnicas e pedagógicas construídas pelas equipes escolares. Para eles, pouco importa se o aluno vai aprender ou não.

Para Souza e Macedo (2019), a competência ética colabora para o um adequado desempenho profissional do pedagogo. Portanto a ética pode ser entendida como uma competência macro e, ao mesmo tempo, transversal da formação docente. Logo, podemos dizer que o trabalho do professor que atua sem ética tem grandes possibilidades de não alcançar o verdadeiro objetivo da educação, que é transmitir conhecimentos e formar bons cidadãos. Para os autores, todo e qualquer profissional da educação deve pautar suas ações pela ética, pois dessa maneira irá se constituir como um educador competente e comprometido, não só com sua formação, mas principalmente com a sua atuação, ou seja, com a formação dos alunos. Corroborando essa discussão, Rios (2011) pontua que:

É preciso pensar que o educador competente é um educador comprometido com a construção de uma sociedade justa, democrática, no qual saber e poder tenham equivalência enquanto elementos de interferência no real e organização de relações de solidariedade, e não de dominação, entre os homens. (RIOS, 2011, p. 65)

De acordo com a citação, o professor competente é aquele que se compromete com a construção de uma sociedade justa e democrática, bem como se preocupa com a transmissão do saber. Assim, Souza e Macedo (2019) compreendem a “[...] ética como uma dimensão e competência imprescindível à formação inicial do pedagogo, para que este possa desempenhar o seu papel com sucesso na docência”.

No item a seguir, discutiremos sobre o papel da ética na prática docente, buscando aprofundar a discussão sobre a importância da ética na formação do professor.

1.2 Ética na prática do educador

A cada dia, a escola se torna uma instituição essencial para a sociedade no sentido de formar personalidades. Isso porque as crianças estão ingressando bem mais cedo na unidade de ensino e, em alguns casos, ficam em tempo integral e não mais apenas quatro horas por dia.

De acordo com o art. 29 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, “[...] a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2013). A partir desse princípio, as crianças de 0 a 5 anos de idade podem frequentar o ensino infantil e, então, iniciar sua vida escolar. Fica, assim, a cargo da escola, e, portanto, do professor, não apenas a transmissão de conteúdo, mas também a formação da personalidade do educando, o que exige deste profissional mais preparação, compromisso e responsabilidade. Tudo isso exige mais ainda que o professor pautar sua prática docente na ética.

Como podemos ver, a formação escolar dos alunos começa muito cedo, nas creches e pré-escolas que devem atender crianças de 0 a 5 anos, oferecendo um atendimento voltado para o cuidar e o educar. E como parte deste cuidar e educar, as escolas e os professores têm a responsabilidade de zelar pelo bem-estar destas crianças, pela sua integridade física e emocional, enriquecendo e complementando a educação oferecida pela família.

O parágrafo único da Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, afirma que:

No exercício de sua autonomia, prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDB, no processo de construção de suas propostas pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC, as instituições escolares, redes de escolas e seus respectivos sistemas de ensino poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários. (BRASIL, 2017).

Nessas circunstâncias, as instituições escolares e as redes de ensino ganham autonomia para adotar formas de organizar as propostas de progressão que julgarem necessárias ao aprendizado dos alunos. No seu artigo segundo, essa resolução sugere que as aprendizagens essenciais devem compor o processo de formação de todos os alunos no decorrer das etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Essas aprendizagens devem garantir o pleno direito de desenvolvimento da pessoa, bem como preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A escola e o educador cumprem um papel determinante na aprendizagem do aluno, necessária para sua inserção plena no meio social. Dessa forma, para muitos alunos, o educador é visto como ponto de referência e isso constitui um perigo, porque essa referência pode ser positiva, mas pode também ser negativa. Sabe-se que, a princípio, o papel de formar personalidade é da família, porém a instituição familiar no Brasil e no

mundo, em muitos casos, não cumpre sua missão de ofertar a educação adequada na primeira infância. Em alguns casos, o motivo é que o casal trabalha fora o dia inteiro, deixando os filhos sob os cuidados de empregadas ou de parentes. No entanto, há casos também que as crianças não são bem educadas simplesmente por negligência dos pais, como em situações em que o motivo é o envolvimento dos pais ou responsáveis pelas crianças com os vícios como alcoolismo e/ou uso de entorpecentes. O fato é que quando existe essa lacuna na educação familiar, a escola é chamada para supri-la, ficando para o professor essa tarefa. Nessa perspectiva, assim afirma Canivez (1991):

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra.⁵

Podemos então compreender que é através da escola que a criança se socializa com um grupo mais amplo, pautado pela necessidade de viver em sociedade, obedecendo regras e normas de convívio social. A escola é, assim, o ponto chave para que a criança desenvolva seu intelecto a partir do momento em que a interação entre a criança e o profissional docente acontece de forma espontânea e com responsabilidade. É por meio da interação que a transmissão do conhecimento acontece de forma sistematizada, de modo que se valorize o conhecimento que a criança traz da sua convivência, mas de forma a ampliar o acesso ao conhecimento científico, bem como as normas e regras de comportamento social.

Nesse sentido, o desempenho do trabalho do professor em sala de aula é o ponto principal de todo o processo de ensino-aprendizagem. De nada adianta ao educador ser bem preparado, ter muitos conhecimentos científicos, didáticos e pedagógicos, planejar as sequências didáticas com perfeição, se na hora da execução, ou seja, no momento de praticar todo o planejamento, ele fracassar. Nessa hora, a ética pode fazer a diferença, pois aquele docente que é ético vai cumprir todas as etapas do fazer pedagógico com compromisso e responsabilidade, pensando no bem do seu aluno, inclusive no momento da avaliação, para lhe atribuir uma nota que simbolize seu real aproveitamento da aula. O domínio de todos esses saberes necessários à docência presume uma atuação com competência.

Porém, segundo Souza e Macedo (2019) percebemos que a competência profissional é algo que aprendemos e colocamos em prática ao longo do tempo. Saber ensinar, ministrar uma boa aula e fazer com que parte considerável da turma aprenda, demanda do professor uma variedade de competências. Para os autores, ser um professor competente é saber ensinar e dominar conteúdos, mas também planejar com metodologias adequadas, que garantam as aprendizagens essenciais aos educandos. Perrenoud (2000) aponta essa competência docente como sendo “[...] a capacidade de

⁵ CANIVEZ, 1991, p. 33.

fazer com saber e com consciência sobre as consequências desse saber. Toda competência envolve, ao mesmo tempo, conhecimentos, modos de fazer, valores e responsabilidades pelos resultados de aquilo que foi feito”. (PERRENOUD, 2000, p. 15).

A competência docente passa também pela capacidade de avaliação adequada dos alunos, de forma criteriosa e justa, que possa realmente detectar o nível de aprendizagem do estudante, não apenas para aprovar ou reprovar. O professor, juntamente com a escola, precisa cuidar também dos reprovados para que eles tenham a oportunidade de repor os déficits de aprendizagem adquiridos durante a sua vida escolar.

Por isso, é importante sempre ressaltar que os cursos de formação de professores devem ser de boa qualidade, no sentido de ensinar os futuros educadores a bem desempenharem a sua profissão, fazendo uma relação estreita entre a teoria, ou seja, o que aprendeu na sua formação, e a prática na sala de aula. Nesse sentido, a Resolução nº 2, em seu art. 3, V, determina “[...] a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2015).

Para que na prática docente o professor possa desempenhar eticamente o seu papel de ensinar, também precisa que lhe sejam garantidos alguns direitos, não só deveres. Ele precisa ser valorizado, ter um salário digno para não precisar trabalhar com dois contratos, para executar sua profissão com melhor desempenho, mais dedicação e mais tempo disponível para estudar, planejar e até para descansar. Sobre a valorização profissional, a Resolução Nº 02 de 2015 orienta que:

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.⁶

Porém, para que a formação docente e continuada dos professores se constitua como um processo dinâmico assumido por todos os entes federados, é necessário que o profissional da educação seja tratado com mais dignidade, respeito e tenha o reconhecimento de sua profissão, que ao mesmo tempo que é gratificante, é igualmente árdua. O professor precisa fortalecer os seus saberes, no sentido de poder dar cumprimento às práticas variadas que tal profissão lhe exige atualmente. No artigo 2º da Resolução Nº 02 de 2015, o texto sugere que o professor precisa ter liberdade para aprender, pesquisar e divulgar a cultura, ou seja, o professor precisa ter garantidas as possibilidades de tornar-se um intelectual do saber. Nessa direção, a Resolução compreende a docência como:

§ 1º [...] ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos

⁶ BRASIL, 2015.

e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.⁷

Diante do exposto, é possível perceber que é oferecida aos professores uma realidade que muitas vezes não condiz com as reais condições que estes profissionais necessitam para exercer plenamente a liberdade de expressão, de pensamento, de pluralismo e de concepções pedagógicas.

Nesse viés, o educador não deve ficar preso somente nos livros didáticos e no que a escola tem disponível. A liberdade é boa para que o professor possa pesquisar, preparar uma aula diferente, mais atrativa e promover atividades diversificadas.

Além disso, o professor que goza de liberdade e autonomia didática consegue adequar o seu planejamento de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos, pois o professor se depara com situações em que a maioria dos estudantes de uma determinada turma não consegue acompanhar os conteúdos determinados pelo plano de curso. E é este profissional, que está diretamente envolvido com os alunos e que conhece suas fraquezas e possibilidades, que terá conhecimento para planejar e desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem aos alunos avançarem no seu desenvolvimento e aprendizado. Numa situação dessas, o professor precisa ter liberdade de fazer um plano de nivelamento para poder obter êxito no seu trabalho. Só realiza um trabalho desse tipo o profissional que tem compromisso, responsabilidade e dedicação, o que não deixa de envolver os aspectos éticos da profissão.

2. Considerações finais

A ética é um elemento relevante na formação de profissionais da educação por contribuir na construção da personalidade do professor que, conseqüentemente, reproduzirá essa personalidade nos seus alunos.

A responsabilidade dos centros de formação de profissionais do magistério é grande, porque devem preparar professores eticamente capazes de questionar construtivamente as condições de trabalho que lhes são disponibilizadas, questionar a qualidade dos cursos de formação e questionar até mesmo o seu desempenho como docente.

Só assim estes profissionais terão capacidade de analisar e opinar eticamente a respeito dos fatos ocorridos ao seu redor. Dessa forma, o profissional do magistério se tornará um professor e cidadão com senso crítico e ético e no desempenho de sua função vai desenvolver nos seus alunos as mesmas qualidades éticas e críticas.

⁷ BRASIL, 2015.

Mesmo vendo o índice crescente de descrença da ética na prática das profissões de um modo geral, o professor não pode deixar de acreditar que é possível construir um mundo melhor, mais justo, mais fraterno, no qual as pessoas possam agir com moral e ética. É importante lembrar que o educador é o ponto de referência para seus alunos e que vale a pena realizar um trabalho de acordo com os princípios éticos e morais que muito podem contribuir para os educandos que chegam cada vez mais cedo na escola. Portanto, as mudanças na sociedade só são possíveis de se concretizarem por meio da educação, ou seja, através do trabalho docente. Por isso, a importância da ética na formação do professor.

Referências

BRASIL. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017.

BRASIL. *Resolução nº 2*, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o cidadão?* São Paulo: Papyrus, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PORFÍRIO, Francisco. "Diferença entre ética e moral". *Brasil Escola*. 2021. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/filosofia/diferenca-entre-etica-moral.htm>. Acesso em 20 jul. 2021.

RICCI, Rudá. O perfil do educador para o século XXI: de boi de coffee a boi de cambão. *Educação & Sociedade*, v. 20, n. 66, p. 143-178, 1999.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. 11. Ed. Cortez, 2011.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Ética: caminhos para a realização humana*. São Paulo: Ave Maria, 1997. p.15. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294330> > Acesso em: 20 Mar. 2015.

SOUZA, José Mário de; MACEDO, Sheyla Maria Fontenele Macedo. A competência ética no desempenho profissional do pedagogo. *CONEDU, VI Congresso Nacional de Educação*. Fortaleza/CE, 2019.

TADÊUS, Patrícia Aparecida; CUNHA, Nilda Abadia Frazão. Ética na Educação. *Rev. Triang.: Ens. Pesq.* v.2. n.º.2, p.139-152, jul./dez. 2009.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Civilização Brasileira, 1992.